

A barragem dos bilhões: a importância do orçamento

Billion dam: the importance of budget

Sandra Karolline de Melo Batista Pontes ¹

Ednéa do Nascimento Carvalho²

Resumo: Este artigo tem como objetivo realizar uma análise dos custos da grande construção da usina hidrelétrica de Belo Monte, que se localiza às margens do Rio Xingu, próxima ao município de Altamira, no sudoeste do estado do Pará. Para atingir este objetivo, o trabalho possui outros três objetivos específicos: 1) Averiguar os custos da hidrelétrica de Belo Monte; 2) Apresentar o orçamento inicial e final da usina; 3) Entender quais as razões para o planejamento financeiro da hidrelétrica ter fracassado. Para atender a estes objetivos, a metodologia utilizada foi uma pesquisa qualitativa e exploratória, de caráter bibliográfico e documental, abrangendo temas como planejamento, análise prospectiva de cenários e orçamento, de modo a apresentar e entender porque os custos finais da Hidrelétrica de Belo Monte foram consideravelmente mais altos do que os custos iniciais previstos no planejamento. A fim de subsidiar este trabalho, foram utilizados autores como: Oliveira (2015); Costa-Filho (2011); Santos (2011); Rezende (2009), dentre outros.

Palavras-chave: Belo Monte, orçamento, custos, planejamento.

Abstract: This article aims to perform a cost analysis of the large construction of the Belo Monte hydroelectric power plant, which is located on the banks of the Xingu River, near the municipality of Altamira, in the southwest of the state of Pará. For this purpose, the work has three other specific objectives: 1) Belo Monte hydroelectric plant; 2) Present the initial and final budget of the plant; 3) Understand what the reasons for the financial planning of the hydroelectric plant to be frustrated. To meet these objectives, a methodology used for a qualitative and exploratory research, of a bibliographic and documentary nature, covering topics such as planning, prospective analysis of scenarios and budget, in order to present and understand why the final costs of the Belo Monte Hydroelectric higher than the planned start-up costs. In order to subsidize this work, authors such as: Oliveira (2015); Costa-Filho (2011); Santos (2011); Rezende (2009), among others.

Keywords: Belo Monte, costs, budget, planning.

Introdução

A construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte resultou em muitos debates e discussões, principalmente em questões relacionadas aos custos da obra, de caráter

¹Bacharela em Gestão Pública e Desenvolvimento Regional – UFOPA; Mestra em Ciências da Sociedade – UFOPA. E-mail: karolpontesstm@hotmail.com.

²Doutora em Geografia. Docente do Mestrado Interdisciplinar em Ciências da Sociedade – UFOPA. E-mail: edneancar@yahoo.com.br.

estrutural e também econômico, social e ambiental.

Belo Monte projetou-se no período da Ditadura Militar, por volta dos anos de 1960 e 1970. Neste momento, os militares estabeleceram uma reestruturação na Amazônia, que se deu a partir da implementação de políticas públicas de desenvolvimento, deste modo a região conseguiria tornar-se uma parte integrante e importante na economia do país.

Desta maneira, criou-se então a Eletrobrás; a SUDAM – Superintendência da Amazônia; o Programa Grande Carajás – de exploração mineral; a rodovia Transamazônica; a Zona Franca de Manaus; e grandes hidrelétricas, como a Hidrelétrica de Tucuruí e a Hidrelétrica de Balbina e outras foram planejadas, como a Hidrelétrica de Belo Monte.

Entretanto, é necessário compreender que estas políticas não tiveram o intuito real de favorecer e desenvolver a população da região. A autêntica finalidade destes projetos eram auxiliar para que grandes empresas nacionais e também estrangeiras pudessem ter lucratividade, aumentando assim o seu capital.

E nesta perspectiva Belo Monte foi então planejada e construída, acarretando em muitas ocorrências conflituosas e resistência de populações tradicionais e movimentos sociais, que tentaram por meio de manifestos interromper a construção da Usina, todavia, nada foi capaz de deter aquilo que é decidido de cima para baixo, assim, a hidrelétrica deixou de ser plano e passou a ser realidade.

Uma obra gigantesca, de muitos impactos, superfaturada, e que ainda precisou lidar com as empresas responsáveis sendo investigadas por corrupção e lavagem de dinheiro. Uma análise prospectiva que não considerou todo o cenário, um orçamento que fracassou e um planejamento que oportunizou o crescimento lucrativo de quem detém o grande poder e inviabilizou o desenvolvimento econômico e social da comunidade local.

À vista disso, surge a principal questão dessa pesquisa: *Por que os custos da Usina Hidrelétrica de Belo Monte alteraram-se substancialmente no decorrer da construção?*

E para responder esta indagação, o artigo tem como objetivo geral: Analisar os custos da construção da usina hidrelétrica de Belo Monte. E como objetivos específicos:

1) Averiguar os custos da hidrelétrica de Belo Monte; 2) Apresentar o orçamento inicial e final da usina; 3) Entender quais as razões para o planejamento financeiro da hidrelétrica ter fracassado. E para que estes objetivos fossem alcançados, foi realizada uma pesquisa qualitativa e exploratória, de caráter bibliográfico e documental.

Este artigo está dividido em quatro seções, sendo esta introdução a primeira seção, o Referencial Teórico é a nossa segunda seção, que abrange três subtemas: “A importância de um planejamento bem estruturado”; “Visando o futuro: análise prospectiva de cenários”; “Um orçamento relevante”. Na terceira seção apresentamos os resultados e discussões do trabalho e na quarta seção temos as Considerações Finais.

1. REFERENCIAL TEÓRICO

1.1. A IMPORTÂNCIA DE UM PLANEJAMENTO BEM ESTRUTURADO

Quando se fala em construir uma grande obra, um grande projeto, para que tudo saia conforme o esperado, é necessário que se solidifique um processo de extrema importância – o planejamento. Segundo Oliveira (2015), o planejamento é um processo desenvolvido, de modo que seu objetivo principal é alcançar o futuro desejado de forma mais eficiente e eficaz.

Planejar é relacionar pensamentos com indagações, e estas com questionamentos, de maneira que as situações propostas não fujam do controle. O planejamento orienta decisões presentes e atuais, que terão consequências futuras, sendo assim, se não estiver consolidado de maneira correta, tende ao fracasso (OLIVEIRA, 2015).

No entanto, é necessário compreender que o planejamento não é um ato isolado, ele se constrói e se complementa a partir de ações interdependentes, que visam maximizar os resultados e minimizar as deficiências. Oliveira (2015), constata que o planejamento precisa estruturar-se em três aspectos de suma importância, capazes de consolidar as metas e os objetivos iniciais, são estes: eficiência, eficácia e efetividade.

A eficiência trabalha com a ideia de fazer certo as coisas, resolver os problemas que podem surgir e principalmente focalizar na redução de custos. A eficácia não se limita a apenas realizar o trabalho, mas sim, solucionar totalmente a situação, maximizando

zando a utilização dos recursos disponíveis e aumentando os níveis de resultado. E a efetividade busca apresentar resultados positivos ao longo do tempo (OLIVEIRA, 2015).

Lamentavelmente, costuma-se pensar que o planejamento deva ser aplicado somente no âmbito privado, entretanto, não é bem assim que funciona. Um governo sem planejamento jamais conseguirá alcançar metas e atingir objetivos, tampouco será capaz de consolidar e efetivar políticas públicas que solucionem questões sociais. Costa-Filho (2011) enfatiza então que as experiências de planejamento governamental começaram a surgir no Brasil em meados dos anos de 1930, a partir da implementação de políticas públicas que pudessem enfrentar de maneira correta a crise de 1929.

Contudo, neste momento de crise, para que fosse possível implementar um plano nacional, era necessário um poder que estivesse centralizado no Estado ou uma coalizão social que pudesse favorecer o plano. Destarte, Costa-Filho (2011) expõe ainda que nos lugares onde houve concentração de poder do estado, conseguiu-se um avanço totalmente expressivo nas atividades de planejamento. Todavia, vale ressaltar que mesmo com este avanço, o resultado dos planos governamentais não foi favorável em todas as situações, pois planejar implica enfrentar um conjunto de incertezas, de modo que não é possível comparar a situações ocorridas.

Assim aconteceu com as políticas de integração implementadas na Amazônia. De acordo com Magalhães (1987), deve-se reconhecer que a Amazônia não conta com uma política de desenvolvimento claramente definida e que assegure coerência e consistência entre objetivos, estratégias e instrumentos. Existem, no entanto, vários documentos de planejamento regional e setorial que se constituem em peças às vezes desarticuladas e nem sempre consistentes entre si.

Isto posto, entende-se que um planejamento mal estruturado, constrói caminhos tortuosos, que deixam a situação fora de controle e acarretam em inúmeros efeitos negativos, por isso, a ideia de Júnior (2011), deve ser levada em consideração, quando ele afirma que planejamento e gestão precisam caminhar juntos, em um mesmo objetivo, assumindo um papel de importância no Estado, para que seja possível cumprir a missão proposta no plano.

1.2. VISANDO O FUTURO: ANÁLISE PROSPECTIVA DE CENÁRIOS

Para que o planejamento aconteça de forma adequada, é necessário pensar no futuro, entendendo que as tomadas de decisões do presente terão suas consequências no porvir. Raciocinar desta maneira não significa realizar uma previsão, mas estabelecer uma prospectiva que analise todo o cenário plausível daqui a certo tempo. Lima e Curado (2017) afirmam que a prospectiva surgiu a partir da demanda de técnicas que unissem a ciência e a criatividade, com o objetivo de estudar o longo prazo para produzir conhecimento.

A ideia da prospecção não é acertar o futuro mais provável, é na verdade, identificar possibilidades e definir ações decorrentes. Isto acontece, pois o ser humano assume papel principal na transformação do futuro, e este homem é o agente de mudança determinante, logo, se não for feita uma análise prospectiva, o cenário irá modificar e os planos ficarão todos no passado, antiquados e obsoletos (COSTA-FILHO, 2011).

Esta análise de futuro é definida a partir do estudo de cenários prospectivos, que descrevem uma situação a posteriori e apresentam o encaminhamento dos acontecimentos que mostram a conjuntura de origem e a futura. Segundo Lima e Curado (2017), os cenários prospectivos podem ser caracterizados como, cenários normativos e exploratórios.

Os cenários normativos são aqueles que expressam um futuro desejado e descrevem as trajetórias para se chegar até eles, os cenários exploratórios, levam em consideração os futuros possíveis ou prováveis, de acordo com a simulação de condições iniciais. Para que seja possível então elaborar os cenários, são especificadas algumas etapas baseadas nas principais teorias de prospecção, estas etapas representam o processo de construção (LIMA E CURADO, 2017).

Inicialmente, é definido o plano de trabalho e o que se pretende analisar, em seguida é feita uma análise retrospectiva e da situação atual, depois são ajustadas as condicionantes de futuro que poderão interferir direta ou indiretamente na situação, e por fim, cria-se o cenário propriamente dito, para que seja possível determinar as estratégias de longo prazo, identificando as situações que pertencem ao ambiente interno e externo. (LIMA E CURADO, 2017).

Com a realização deste tipo de estudo, é necessário compreender que a análise prospectiva de cenários não afirma claramente o que vai acontecer, afinal, ninguém pode prever o futuro. Todavia, é o momento de definir um foco e perceber o que pode alterar a situação estudada, sejam fatores controláveis ou não controláveis, deste modo, depois de feita a análise, pode ocorrer do fenômeno observado anteriormente, desvanecer, afinal o ambiente se modifica, bem como o homem e aquilo que ele carrega dentro de si.

No entanto, Lima e Curado (2017), propagam a ideia de que pensar a longo prazo é uma das melhores alternativas para desenvolver estratégias e aperfeiçoar a implementação de políticas públicas que atendam os problemas existentes na sociedade, de modo com que estas políticas não sejam substancialmente afetadas caso sobrevenha uma crise ou um conflito, pois tais situações haviam sido identificadas no cenário construído.

1.3. UM ORÇAMENTO RELEVANTE

A partir da instauração da Constituição Federal Brasileira de 1988, o planejamento governamental passou a ancorar-se em três instrumentos, os quais são: Plano Plurianual (PPA); Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA), que buscam a integração entre plano, orçamento e gestão. (SANTOS, 2011).

Santos (2011), afirma ainda que o Plano Plurianual designa diretrizes, objetivos e metas, sendo esta a parte mais estratégica do planejamento; a Lei de Diretrizes Orçamentárias auxilia na elaboração do orçamento, detectando as prioridades e metas do exercício subsequente e a Lei Orçamentária Anual é o orçamento propriamente dito, que estabelece a eficiência do gasto, pressupondo receitas e fixando despesas, sempre respeitando os objetivos e metas previstos anteriormente no PPA.

É fato argumentar que esta relação entre planejamento e orçamento, permitiu uma melhor visualização de toda a lei orçamentária em um período de quatro anos, assim, é possível orientar o Estado e induzi-lo a alcançar os objetivos e metas pré-estabelecidos, além de facilitar a transparência das ações governamentais (SANTOS 2011).

Não obstante, Rezende (2009) enfatiza que os ideais pactuados na Constituição Federal – em sua maioria – não conseguem prosperar, devido a dois fatores, primeiro pelas altas inflações no ambiente econômico, e segundo porque as estruturas públicas

ao elaborarem um novo orçamento, não avaliam as reais necessidades demandadas, apenas adicionam novas solicitações de recursos acima do dispêndio anterior. Assim, torna-se custoso um orçamento conseguir abarcar e atender todas as propostas firmadas.

Percebe-se uma dualidade tributária caracterizada pela adesão de regimes de impostos distintos. De um lado persiste o Estado, pressionando sempre por mais recursos, engendrando um declínio nas finanças do governo federal; e de outro lado, manifestam-se os movimentos sociais, pressionando pela difusão do acesso à serviços sociais básicos, assegurando direitos sociais a partir das receitas estatais. (REZENDE, 2009).

Tal situação acarretou em uma medida de ajuste fiscal e uma rigidez orçamentária, que contribuiu para o aumento da ineficiência da gestão microeconômica, responsável pela implementação de políticas públicas, ocasionando o que Rezende (2009) chama de efeito *boomerang*, no qual o governo impõe limitações na execução do orçamento através de contingenciamentos, tornando a gestão pública integralmente ineficiente.

Reafirmando Rezende (2009), quando o orçamento não se estrutura de modo apropriado, expõe-se um prejuízo no planejamento que perdurará pelos anos seguintes, até que possa ser reajustado. Portanto, compreende-se que o orçamento carece de refletir as necessidades e prioridades nacionais, com o intuito de garantir a eficiência da gestão pública e das políticas públicas, detectadas na elaboração do plano e do orçamento anual.

2. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Entendemos então sobre como o planejamento e orçamento são instrumentos extremamente importantes para a eficácia de uma obra, no entanto, percebemos que em Belo Monte estes instrumentos não foram empregados de maneira eficiente, desta forma, os custos relacionados à implementação da obra se alteraram significativamente, de modo que o custo final praticamente triplicou se comparado ao custo inicial especificado pela Eletronorte.

Belo Monte, antes mesmo de ter suas obras iniciadas, já girava em torno de inúmeras polêmicas. A usina envolve uma capacidade máxima de 11.233 MW e um lago

que abrange a área de 668 km². Todavia, não utilizará sua capacidade total durante o ano todo. Na época da seca amazônica, Belo Monte irá gerar pouca energia, devido a pouca quantidade de água no rio, (BERMANN, 2012).

E quando se trata de custos, Carvalho (2008) enfatiza que nos estudos iniciais sobre a construção da Usina, Belo Monte custaria em torno de R\$ 7 bilhões e meio de reais.

Teremos assim, no total, uma capacidade instalada de 11.181 MW. Nessa configuração, o custo do investimento em Belo Monte será de, aproximadamente, R\$ 7,5 bilhões, já incluídas as despesas de preparação do sítio e de mitigação dos impactos ambientais e sem os juros durante a construção. (CARVALHO, 2008, p. 220).

Os estudos foram então se aprofundando e no projeto inicial da Usina de Belo Monte, apresentado pelo Ministério de Minas e Energia em 2011, o investimento de Belo Monte elevou-se para a quantia de R\$ 20 bilhões de reais, no entanto, segundo Santos et al (2012), os custos poderiam ultrapassar o valor de R\$ 30 bilhões de reais, sendo que o valor final não foi difundido. A questão então é entender as razões pelas quais os custos tornaram-se tão elevados e com um enorme disparate do custo inicial.

Júnior et al (2006) enfatizam que a organização não governamental, *Conservation Strategy Fund*, realizou em 2006 um estudo detalhado sobre os custos e benefícios da construção de Belo Monte, dando um enfoque econômico, social e ambiental, refletindo os danos representados pelo acréscimo de gastos públicos e privados com aumento da criminalidade, saneamento básico, infraestrutura, perdas de atividades econômicas e da biodiversidade, dentre outras, afinal, os custos da obra não estão relacionados apenas com a construção física do empreendimento, mas com toda a valoração destinada à minimização de impactos da hidrelétrica.

Todavia, é interessante também compreender que os custos do projeto dependem do ponto de vista pelo qual os mesmos são avaliados. Se o projeto estiver no âmbito privado, o enfoque é o lucro do empresário, o qual confronta os investimentos necessários à obtenção desses lucros; para projetos do setor público o enfoque é modificado e o importante é analisar se o projeto gera benefícios e custos que não se apresentam nas contas internas estatais, mas que são de extrema importância e precisam ser destacados, como impactos ambientais, culturais e sociais. (JÚNIOR ET AL, 2006).

No caso de Belo Monte, compreendemos que é um misto de interesses e se encaixa tanto no lucro empresarial das empresas responsáveis pela construção, quanto no lucro governamental, seja através da geração do produto em questão – energia – ou através de recursos financeiros que adentram os cofres públicos.

Pinto (2016) compara metaforicamente Belo Monte com o personagem Frankenstein, pois abriga em seu corpo a ditadura e a democracia e questiona qual seria o custo dessa obra sem igual na história. E conclui afirmando que essa questão foi deixada de lado, pelo menos para aqueles que são a grande maioria, mas que não possuem nenhum poder de voz.

Assim, entende-se que os custos de perda com a atividade pesqueira, as perdas na qualidade da água, a inundação de partes da floresta, perdas de atividades agropecuárias, perdas das atividades turísticas, custo de emissão de dióxido de carbono, são apenas algumas das externalidades do empreendimento que não constam no orçamento da usina, mas são importantes na caracterização global do empreendimento e deveriam ser considerados na análise da viabilidade econômica, porém, não são. (JÚNIOR ET AL, 2006).

No que concerne à análise de cenários, Belo Monte não considerou algumas externalidades, como os valores culturais interligados às comunidades tradicionais e povos indígenas. Deste modo, quando o cenário é limitado, a análise fica restrita e acabam subestimando os valores de impacto socioambiental do empreendimento. (JÚNIOR ET AL, 2006).

É possível então perceber que a construção de Belo Monte abriu espaço para muitas discussões, desta maneira, compreendemos que a análise prospectiva não abrangeu todo o cenário, os custos sociais externos não foram contabilizados, o orçamento inicial não foi levado em consideração e este superfaturamento está em processo de investigação.

De acordo com um estudo produzido pelo IDESAM – Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável da Amazônia em 2018, diversas construtoras foi identificado esquemas de propina e suborno em contratos de serviços públicos. Construtoras estas que estão relacionadas com a Eletrobrás e a implementação de hidrelétricas na

Amazônia, entende-se que por isso a Hidrelétrica de Belo Monte e demais obras construídas na região tenham apresentado um valor excedente do inicial.

Rosa (2016) afirma:

O CCBM é formado por dez grandes empresas do ramo de construção civil, sendo que dessas empresas as seguintes estão sendo investigadas e processadas no âmbito da operação Lava Jato: Camargo Corrêa, Odebrecht, Andrade Gutierrez, OAS, Queiroz Galvão e Galvão Engenharia. Já o CMBM é formado pelas empresas Toyo Steel e Engevix. Ambas são investigadas e processadas no âmbito da operação. Em depoimento sigiloso, o presidente da empresa Engevix (que também foi preso), Gerson de Mello Almada, afirmou que pagara uma chamada comissão por lobby para obter o contrato para a montagem da usina. (ROSA, 2016, p. 36)

Consórcio Construtor Belo Monte – CCBM identificado pelo autor, se refere ao responsável pela construção da Usina, e CMBM é o Consórcio Montador Belo Monte, encarregado de toda a montagem eletromecânica dos geradores e a subestação elétrica da casa de força principal. (ROSA, 2016)

Logo, percebemos que apesar de todas estas situações problemáticas e discutíveis, a Usina foi construída e atualmente se encontra em funcionamento, acarretando ainda em muitas dificuldades e malefícios para a natureza e a população. Conseguimos então de fato entender os motivos pelos quais o custo final de Belo Monte foi superior ao custo inicial. A Usina Hidrelétrica de Belo Monte consolidou-se como uma gigantesca obra política, pensada desde a década de 1970 durante a Ditadura Militar, como uma alternativa de trazer mais para perto a tão isolada região amazônica, além de explorar os recursos naturais existentes nela, buscando favorecer empresas nacionais e internacionais.

O governo militar tinha uma visão do território nacional com um núcleo central de desenvolvimento composto por três regiões (sul, centro oeste e nordeste) desenvolvidas em diferentes escalas, e uma imensa região ilhada das demais, que não conhecia o desenvolvimento – a região amazônica. A estratégia de integração do território nacional passava assim pela criação de condições viárias entre o núcleo desenvolvido para, a partir daí, viabilizar a incorporação da isolada região amazônica. (ROSA, 2016, p. 45).

A então incorporação da região amazônica ao restante do país veio com a implementação de políticas públicas desenvolvimentistas, dentre elas, a construção de usinas hidrelétricas de aproveitamento dos rios para a geração de energia.

O projeto de geração de energia hidroelétrica nos rios da Amazônia surgiu nesse contexto, viabilizado através da criação do Comitê Coordenador de Estudos Energéticos da Amazônia, no ano de 1968. Tratava-se de um órgão vinculado ao Ministério de Minas e Energia que tinha entre as suas funções: (i) supervisionar os estudos referentes ao aproveitamento do potencial energético da Amazônia; (ii) preparar os orçamentos e autorizar despesas; e (iii) deliberar sobre as soluções técnicas possíveis. Foram realizados trabalhos de inventário, nos quais foram examinados 26 rios da Amazônia, sendo que em 11 se localizaram locais de aproveitamento. (ROSA, 2016, p. 45).

Todavia, entende-se que esse aproveitamento dos rios veio acrescido das inúmeras controvérsias observadas anteriormente, desta maneira, é possível perceber que Belo Monte consolidou-se como um empreendimento de altíssimo custo e produção de energia, entretanto, sabe-se que esta produção não trouxe benefícios para a população atingida, logo, os grandes números no orçamento não resultaram em uma obra eficiente para quem realmente precisava ser. Em Belo Monte vemos muitos representantes que ostentam poderes políticos, econômicos e comentam sobre as benéficas da produção, enquanto de outro lado temos aqueles que são os verdadeiros impactados com a obra – a população local, que lida com os prejuízos, perdas e fracassos desta implementação.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo propôs-se a pesquisar, analisar e entender sobre os custos da construção da usina hidrelétrica de Belo Monte, após perceber que o orçamento final distanciou-se daquele que foi orçado no início da obra. Desta maneira, conseguimos compreender que este orçamento não foi eficaz, ao contrário disto, conseguiu enriquecer pessoas e empresas que atualmente são investigadas em esquemas de corrupção e lavagem de dinheiro.

Percebemos assim que Belo Monte foi e continua sendo uma obra causadora de muitos impactos sociais, ambientais e também econômicos, e que mesmo após a conclusão de sua construção, continua acarretando em situações negativas para os principais afetados por essa obra – as populações da região –, envolvendo desde ribeirinhos, indígenas, pequenos agricultores, até pequenos empresários que precisaram fechar seus estabelecimentos, porque não conseguiram lidar com o declínio do comércio vivenciado em Altamira após o período do boom econômico, quando a hidrelétrica estava em construção.

Olhando para todas estas controvérsias, concluímos que Belo Monte poderia ter sido parada, barrada, entretanto, não foi, e isso porque aqueles que queriam a construção, conseguiram retirar dela algum proveito. Belo Monte começou a ser planejada na Ditadura Militar, no período de 1970 e teve sua construção iniciada em meados de 2010, mesmo em meio às situações conflituosas, assim, observamos que muitos foram os beneficiários, mas longe de ser os moradores da região.

A estes, restam o desemprego, a vulnerabilidade, a criminalidade, os deslocamentos compulsórios e diversas outras situações as quais eles precisam se submeter para continuar a viver e lutar ainda por uma situação melhor, nem que ela seja muito pequena.

Logo, enfatizamos que Belo Monte sustentou-se como uma obra política e superfaturada, com as empreiteiras sendo investigadas pelo poder Judiciário por corrupção e lavagem de dinheiro, por isto seus gastos foram superiores ao planejamento inicial. A usina serviu como suporte para oportunizar o grande capital de empresários poderosos, o que impossibilitou o real progresso da população local da região.

Constatamos então que em Belo Monte não houve uma análise de cenários eficaz e um planejamento eficiente, haja vista que o mais importante na situação não foi a obra em si, mas o que esta mega obra proporcionou em esquemas extremamente lucrativos.

Desta maneira concluímos que as políticas que são implementadas na Amazônia possuem uma visão voltada para os interesses de grandes empresas, no entanto, enquanto existir este olhar para a lucratividade, as populações que realmente necessitam ter seus interesses atendidos serão trocadas por milhões ou bilhões – sejam reais, dólares ou euro – que se revestem em poderios para os que já possuem muito. Lamentavelmente esta é a realidade presente na região, não aquela que gostaríamos de ouvir, mas aquela que têm prevalecido frente à uma maioria que se torna minoria pela sua falta de recursos financeiros para investimento.

Referências

- BERMANN, Célio. O projeto da Usina Hidrelétrica Belo Monte: a autocracia energética como paradigma. In: **Novos Cadernos NAEA**, v. 15, n. 1, p. 5-23, jun. 2012.
- BRASIL. Ministério de Minas e Energia. Empresa de Pesquisa Energética. **Projeto da Usina de Belo Monte** – Fatos e Dados. Brasília: EPE, 2011.



CARVALHO, Joaquim Francisco de. **Prioridades para investimentos em usinas elétricas.** In: Estudos Avançados 22 (64), p. 215 – 225, 2008.

COSTA-FILHO. Estado-Nação e Construção do Futuro. In: **A reinvenção do Planejamento Governamental do Brasil.** Org. José Celso Cardoso Jr. – Brasília: IPEA, 2011.

IDESAM. **Hidrelétricas e projetos de MDL na Amazônia Brasileira: ludibriando investidores e trapaceando a atmosfera?** IDESAM: Janeiro, 2018.

JÚNIOR, José Celso Cardoso. **Planejamento Governamental e Gestão Pública no Brasil: Elementos para ressignificar o debate e capacitar o estado.** Brasília: IPEA, 2011.

JÚNIOR, Wilson, et al. **Custos e Benefícios do Complexo Hidrelétrico Belo Monte: uma abordagem econômico-ambiental.** In: **Conservation Strategy Fund – Conservação Estratégica.** Ed. 4, Março 2006.

LIMA, Raphael Camargo; CURADO, Maurício Pinheiro Fleury. **O Futuro do Estado no Brasil e Seus Impactos na Sociedade: Questões para o Desenvolvimento até 2035.** Brasília: IPEA, 2017.

MAGALHÃES, Antônio Rocha. Impacto dos Grandes Projetos na Amazônia. In: **Os Grandes Projetos da Amazônia: Impactos e Perspectivas.** Belém: UFPA/NAEA, 1987, p. 27-38).

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Planejamento Estratégico.** São Paulo: Editora Atlas, 33ª ed, 2015.

PINTO, Lúcio Flávio. Quanto o Frankenstein custará? In: **Amazônia Real.** Disponível em: <http://amazoniareal.com.br/quanto-o-frankenstein-custara/>. V. 1, n. 1 Manaus, 2016. Acesso em: 04/12/2017.

REZENDE, Fernando. **Estado de uma nação: Textos de apoio – A reforma orçamentária e a eficiência fiscal.** Brasília: IPEA, 2009.

ROSA, Michel Fernandes da. **Os Atingidos de Belo Monte: Experiências de sofrimento e agravos à saúde no contexto de um megaprojeto hidroelétrico na Amazônia brasileira.** Tese de Doutorado em Sociologia. Faculdade de Economia. Universidade de Coimbra. Portugal, 2016, 227 f.

SANTOS, Eugênio Andrade Vilela dos. O confronto entre o planejamento governamental e o PPA. In: **A reinvenção do Planejamento Governamental do Brasil.** Org. José Celso Cardoso Jr. – Brasília: IPEA, 2011.

SANTOS, Thauan, et al. Belo Monte: impactos sociais, ambientais, econômicos e políticos. In: **Revista Tendencias – Revista de la Facultad de Ciencias Económicas y Administrativas.** Universidad de Nariño. Colômbia, vol. XIII, n. 2, Julio/Diciembre, 2012.